

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

Ata CMG/1093/2021. Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Goianá. Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, em sua sede própria, reuniu-se a Câmara Municipal de Goianá em Sessão Ordinária sob a Presidência da Vereadora Aline Flausino e com a presença dos seguintes Vereadores: Diego Barbosa, Douglas Conceição, Inácio Marques, Jorge Lanini, Paulo Dib (Pelinha), Paulo Toledo e Samuel Ciconeli. Ausente com justificativa o Vereador Luis Claudio. A Presidente convidou o Vereador Paulo Toledo a efetuar a leitura da Bíblia Sagrada no Livro de Jeremias, capítulo dezessete, versículos quatro e cinco.. Havendo número legal de Vereadores a Presidente da Câmara declarou: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Goianá iniciamos nossos trabalhos”. **ATA –** Efetuou-se a leitura da ata da reunião anterior que lida e achada conforme foi votada, aprovada pelos Vereadores e assinada pelo Primeiro Secretário e Presidente da Câmara. **EXPEDIENTE – 1)** Parecer ao Projeto de Lei Ordinária 014/2021, concluindo pela aprovação; **2)** Pareceres aos Requerimentos 131 a 134 e 136 a 142, conclusos pela aprovação; **3)** Projeto de Lei Ordinária 014/2021 de autoria do Vereador Jorge Lanini, que Institui a Política de Transparência nas Obras Públicas do Município de Goianá/MG; **4)** Projeto de Lei Ordinária 016 de autoria do Vereador Luis Claudio, que Dispõe sobre a publicação em sítio da rede mundial de computadores da lista cronológica de espera para consultas comuns e especializadas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos ou ações de saúde agendadas pelos cidadãos no Município, estabelece penalidade em caso de inobservância e dá outras providências; **5)** Projeto de Lei Ordinária 017 de autoria do Prefeito Estevinho que, Autoriza o Município de Goianá a Contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, Operações de Crédito com Outorga de Garantia e dá outras providências; **6)** Projeto de Lei Ordinária 018 de autoria do Prefeito Estevinho que, Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022 e dá outras providências; **7)** Requerimento 131 seja estudada a possibilidade de serem implementadas as especialidades médicas de Endocrinologia e Oftalmologista, com atendimento mensal na UBS; **8)** Requerimento 132 realização do serviço de patrolamento, roçadeira, captação de água pluvial e colocação de escória na estrada rural que dá acesso ao Carangola; **9)** Requerimento 133 manutenção da ponte do Campelo com uma camada de asfalto em toda a extensão da ponte pois está aumentando a quantidade e tamanho dos buracos; **10)** Requerimento 134 seja estudada a possibilidade de ser implementada a especialidade médica de Angiologista, com atendimento mensal na UBS; **11)** Requerimento 135 seja editada proposição dispondo sobre a criação de um Programa que poderá ser denominado Centro de Atenção ao Cidadão da Câmara Municipal de Goianá – CAC-CMG, a ser implantado na Sessão Legislativa de 2021 ou posterior (enquanto vigor a LC 173 de 27/05/2020), conforme anteprojeto, anexo, além da aquisição de equipamentos para a implantação do projeto em referência (computador, notebook e impressora); **12)** Requerimento 136 sejam fornecidos uniforme e EPI's aos servidores da Prefeitura de Goianá, conforme aplicado a cada caso; **13)** Requerimento 137

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

Calçamento para as ruas: Alípio Deotti, Álvaro Ribeiro de Paula Gomes e José Carlos Deotti; **14**) Requerimento 138 possibilidade de ser disponibilizado wifi para os moradores do Assentamento Dênis Gonçalves (Fazenda de Santana); **15**) Requerimento 139 seja incluído no plano de ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, os seguintes serviços, para a estrada de acesso ao Bairro Shangri-Lá: 1) patrolamento das ruas sem calçamento; 2) roçadeira limpando o mato nas margens das ruas; 3) instalação da rede de captação de água pluvial; 4) colocação de escória; **16**) Requerimento 140 seja verificada a viabilidade e possibilidade, de ser procedida a desapropriação de uma área pertencente ao espólio de Antônio Dasmaceno Dias Loures, localizado na entrada da cidade, sentido Juiz de Fora-Goianá, para construção de imóveis para serem utilizados pelos órgãos da administração municipal, dentre eles, mencionamos: 1) Secretarias Municipais; 2) Destacamento da Polícia Militar; 3) CRAS; 4) Casa do Artesão; 5) Centro Comunitário para reuniões e eventos; Entre outros; **17**) Requerimento 141 solicitando à Mesa Diretora da Câmara, seja disponibilizada cópia impressa contendo o balanço financeiro da conta corrente da Câmara Municipal de Goianá de Janeiro de 2021 até abril de 2021; seja informado a todos os Vereadores eventuais repasses, devolução de recurso financeiro do orçamento da Câmara para Prefeitura contendo, o valor e onde está sendo gasto referido recurso, a comprovação dos gastos, e seja referidas informações colocadas no Portal de Transparência; **18**) Requerimento 142 seja verificada a possibilidade de ser incluído no plano de governo da atual administração os Programas: “Projeto Lutando pelo bem formando Cidadãos Campeões” e “Vida eu quero, Drogas, tô fora”, conforme projetos, anexos; **19**) Requerimento 143 de autoria do Vereador Samuel Ciconeli, acompanhado pela Vereadora Aline Flausino e Vereadores Diego Barbosa, Douglas Conceição, Inácio Marques e Jorge Lanini, solicitando do Prefeito Estevinho seja providenciada a colocação de uma tampa de bueiro para a Rua Joaquim Alvim Loures, rua de entrada para o Bairro Alto da Boa Vista; **20**) Requerimento 144 de autoria do Vereador Samuel Ciconeli, acompanhado pela Vereadora Aline Flausino e Vereadores Diego Barbosa, Douglas Conceição, Inácio Marques e Jorge Lanini, solicitando do Prefeito Estevinho sejam adotadas as medidas que se fizerem necessárias, para ver aumentado o número do efetivo policial no Destacamento da Polícia Militar de Goianá/MG; **21**) Requerimento 145 de autoria do Vereador Douglas Conceição, acompanhado pela Vereadora Aline Flausino e Vereadores Diego Barbosa, Inácio Marques e Jorge Lanini, Luis Claudio, Paulo Toledo e Samuel Ciconeli, solicitando do Prefeito Estevinho seja observado o prazo legal de envio das respostas aos Requerimentos encaminhados ao Poder Executivo, de iniciativa do Poder Legislativo; **22**) Requerimento 146 de autoria do Vereador Douglas Conceição, acompanhado pela Vereadora Aline Flausino e Vereadores Diego Barbosa, Inácio Marques e Jorge Lanini, Luis Claudio, Paulo Toledo e Samuel Ciconeli, solicitando do Prefeito Estevinho seja fornecida cópia de todos os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, realizados pela empresa ENGFAR - Engenharia e Consultoria Ltda, na data de 08/12/2020, e outros

Av. 21 de Dezembro nº 850, Centro – CEP: 36.152-000 – Goianá/MG

(32) 3274-5301 – administrativo@goiana.mg.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

eventualmente realizados em diversa desta, reportando as condições laborais e grau de insalubridade dos servidores da Prefeitura Municipal de Goianá. **PALAVRA LIVRE** – A Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e os que acompanham a reunião pelo facebook e informou aos Vereadores que seguindo orientação contida no parecer jurídico, esta Presidência por meio de um despacho diretamente no Requerimento CMG/2021/135, de autoria do Vereador Pelinha, requerendo à Mesa Diretora seja criado um Programa que poderá ser denominado Centro de Atenção ao Cidadão da Câmara Municipal de Goianá CAC-CMG, está fazendo a devolução do referido Requerimento ao autor, e assim, ele não será votado, porque a matéria contida no Requerimento 135 é a mesma que já foi tratada este ano pela Indicação CMG/2021/001, que foi rejeitada, por isso, o Requerimento 135 está prejudicado. A Presidente fez então, despacho pela devolução do Requerimento 135 ao Vereador Pelinha e referida proposição e determinou a retirada da referida proposição do expediente desta reunião. Em sequência, a Presidente informou aos Vereadores que nesta reunião haverá o encaminhamento de três novos projetos de lei às comissões e disse que há decisões acerca de dois projetos, a saber: 1) O Projeto de Lei Ordinária 018 que trata da LDO de 2022; disse ser um projeto de extrema importância, porque as atividades, os serviços e as obras que a Prefeitura e a Câmara pretendem executar, precisam estar previstas na LDO; ressaltou ser uma matéria com alto teor técnico e que para total conhecimento demanda de informações de pessoas que conhecem, entre outros temas, de contabilidade pública; a Presidente disse que o projeto é de conteúdo complexo; disse a Presidente que os Vereadores devem se debruçar com maior atenção e maior estudo no referido projeto para bem conhecer o que será votado, principalmente os Vereadores que estão em primeiro mandato; a Presidente informou que resolver adotar algumas alterações na tramitação do Projeto de Lei Ordinária 018 e a primeira é que as reuniões das Comissões não serão realizadas no formato virtual, mas presencial, inicialmente já com a presença inicial do advogado Dr. Wesley e do servidor Harrison; disse que toda a estrutura da Câmara está disponível para todos os Vereadores para fazerem convite a quem entender necessário para trazer as informações pertinentes, ou se preciso for, ir à Planejar para obter informações ou estudo e para isso o veículo da Câmara está à disposição; informou ainda a Presidente, que a cópia das proposições já estão disponíveis pelo zap aos Vereadores e se preciso for cópia impressa, basta requerer na Secretaria. 2) A Presidente mencionou o Projeto de Lei Ordinária 017 que prevê a adesão de uma linha de crédito por parte da Prefeitura de Goianá para realização de melhoria dos serviços de iluminação pública, conforme consta na justificativa, e que referida proposição deveria ser convidado um representante do Executivo para trazer maiores detalhes dos serviços pretendidos com a referida contratação e tudo mais que for preciso para bem estudar este projeto, a Câmara com toda a sua estrutura está disponível aos Vereadores. O Vereador Pelinha cumprimentou os presentes e os que assistem os trabalhos de forma virtual, em seguida fez agradecimento ao Prefeito Estevinho, ao Vice Pavãozinho e ao Secretário de Saúde Lúcio Alvim pelo

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

atendimento de requerimento de sua autoria para contratação de médico angiologista o que vai favorecer diversos pacientes da cidade e embre a fila de espera para referida especialidade estará zerada; em seguida, comentou sobre a instalação de aparelhos na rede elétrica de Goianá, pela Cemig, para saber o que tem causado os picos no fornecimento de energia para saber o que deve ser feito para resolver o problema, disse o Vereador Pelinha que esta é uma luta antiga na cidade, inclusive por parte da nova composição da Câmara Municipal de Goianá; em seguimento o Pelinha comentou sobre o Requerimento 135 de sua autoria, que já está sendo rejeitado novamente, lembrou que na legislatura anterior a Mesa Diretora adquiriu um computador, um notebook, uma impressora cujos aparelhos seriam para serem utilizados no CAC-CMG, que já estava em planos de ser executado, e quanto à justificativa de ser o Requerimento devolvido ao autor sem votação pelo Plenário, tendo sido apontado o art. 302 do Regimento Interno que trata de proposição prejudicada e também o art. 67 da Constituição Federal, e disse como está sendo apontado e cumprido o Regimento Interno, mencionou o art. 130 do Regimento que permite a reapresentação de proposição na mesma Sessão Legislativa mediante assinatura da maioria dos membros da Câmara; disse que o Requerimento 135 para ser reapresentado será preciso cinco assinaturas e disse que se a rejeição não for por motivo político os Vereadores poderão assinar possibilitando a manutenção da proposição no Expediente e ser votado; o Vereador Pelinha anunciou que vai perguntar aos Vereadores se concordam em assinar o Requerimento 135 fazendo uma chamada nominal. A Presidente disse ao Vereador Pelinha que o Requerimento 135 não será votado nesta reunião e que o momento não é para colher as assinaturas como anunciado e disse que poderá assim proceder após o término da reunião e se tiver o número mínimo de cinco Vereadores o Requerimento 135 será votado na próxima reunião e em seguida, anunciou ao Vereador Pelinha que esta semana a Mesa Diretora recebeu um convite da Câmara Municipal de Coronel Pacheco que está interessada em implantar o CAC naquele município e fez o convite para comparecer à cidade de Barbacena para conhecer o CAC que já existe e saber questões de ordem administrativa e fez convite ao Vereador Pelinha para estar presente com a Mesa Diretora na visita a cidade de Barbacena e ser feito um estudo técnico sobre o programa. O Vereador Pelinha agradeceu o convite e disse que aceita participar da visita e perguntou o motivo de não poder perguntar aos Vereadores neste momento se aceitam participar com as assinaturas no Requerimento 135 neste momento. A Presidente disse que este não é o momento e poderá fazer a consulta e convite aos Vereadores como pretende, mas após a reunião. O Vereador Pelinha disse que foi apontado que o Requerimento 135 está prejudicado por ter sido rejeitado nesta Sessão Legislativa estando sendo apontado o Regimento Interno como fundamento para este ato, e lembrou que as disposições do Regimento Interno já deixou de ser cumprido pela Mesa Diretora quando aceitou a entrada do Projeto de Lei de autoria da Presidente criando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e houve aceitação de todos os Vereadores, disse que quando há assuntos de interesse

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

coletivo, em que na proposição contenha disposições de interesse e que seja bom para a população, o Regimento pode ser relativizado e disse que a proposta contida no Requerimento 135 é o caso, pois só contém matéria de interesse da população; o Vereador Pelinha disse, já que não está permitido perguntar aos Vereadores se podem ou querem assinar o Requerimento 135, disse que vai apresentar um Requerimento verbal à Mesa Diretora, para ser criado o Programa que poderá ser denominado Atendimento Gratuito à População Goianaense – AGPG, que tem por objetivo a prestação de serviços gratuitos em favor da população de Goianá, principalmente para a população de baixa renda, disse que a proposição não é a mesma do Requerimento 135, não contém as mesmas disposições, a nomenclatura é outra e disse esperar o acolhimento pela Mesa Diretora e a aprovação por parte dos Vereadores e disse que a fundamentação de estar prejudicado o Requerimento 135 não poderá ser utilizado para este novo requerimento, disse o Vereador Pelinha e fez o encaminhamento à Mesa para ser iniciado o Processo Legislativo na próxima reunião. O Vereador Pelinha informou aos Vereadores ser contrário à Licitação para contratação de assessoria de imprensa para a Câmara de Goianá, e disse aos Vereadores que faria uma Indicação à Mesa Diretora para ao invés de contratar uma assessoria de imprensa fosse feita uma devolução de dois mil reais por mês à Prefeitura e fosse solicitado que referido recurso fosse utilizado na realização de duas cirurgias por mês de catarata para que no final do ano dois mil e vinte e um a fila de espera fosse zerada e convidou os Vereadores que quisessem para acompanharem com suas assinaturas, disse que o recurso a ser gasto com assessoria jurídica poderia assim ser melhor utilizado trazendo a possibilidade de as pessoas com catarata poderem enxergar novamente. O Vereador Pelinha lembrou que o recurso não pode ser direcionado, mas pode ser feito um pedido ao Prefeito. O Vereador Jorge Lanini cumprimentou os presentes, mencionou o senhor Lucas Tibério presente no auditório, a quem se referiu como amigo, em seguida cumprimentou os que estão em casa acompanhando os trabalhos da Câmara, em seguida, disse que os projetos de lei que estão em estudo na Câmara contam com o apoio, a ajuda da assessoria jurídica e também da parte administrativa da Câmara, fez agradecimento aos servidores Romário, Harrison e Daivison, agradeceu a parceria de serviços aos Vereadores e também à população, disse que o trabalho conjunto favorece a comunidade; prosseguindo em suas palavras o Vereador Jorge Lanini que não pretende adentrar no mérito sobre as opiniões e palavras proferidas pelo Vereador Pelinha, pois a todos é livre o pensamento e a liberdade de expressão, e disse, em resumo, quanto à colocação feita, de “ao invés de contratar a assessoria de imprensa, fosse revertido o valor para a Prefeitura realizar cirurgias de catarata” o Vereador Jorge Lanini disse que foi bem colocado pelo Vereador Pelinha que a Câmara não pode direcionar o recurso devolvido à Prefeitura e disse que fica intrigado com a colocação feita é a forma apelativa e emotiva para uma situação que não se faz em verdade, porque, pode muito bem a Câmara ter a assessoria de imprensa passando transparência para as pessoas, fazer um trabalho que não está sendo feito e ainda assim, extorner um

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

recurso para a Prefeitura e disse que neste ano em uma ação conjunta dos Vereadores foi feita uma economia de recursos que outrora fora utilizado de forma inadequada, segundo seu entendimento, disse o Vereador Jorge Lanini e que este é seu entendimento e não afirma estar certo ou errado; disse que na semana retrasada ou passada, foi feita uma visita em vários pontos da cidade e durante o percurso foi identificadas situações que precisam ser levadas a claro para municiar respostas para as situações e foi discutido a propriedade que teria uma assessoria de imprensa que pudesse sair do espaço físico da Câmara e ser feito um trabalho de fotos dos lugares que precisam ser recuperados, e exemplificou locais em que faltam matas ciliares nas beiras de rios e há a pretensão de implementar programas que o Governo Federal já dispõe, mas para isso, antes é preciso ser feito um trabalho de levantamento de dados, pois é impossível que pessoas leigas como é o caso dos Vereadores, que não tem propriedade sobre a matéria, saber como fazer tal levantamento, é preciso que os Vereadores cheguem nos bairros, nas pessoas, que sejam tiradas fotos, ver o que precisa ser feito, é preciso fazer um levantamento jornalístico para levar a realidade não só para as pessoas, mas também para a Prefeitura e mostrar o que precisa ser feito na cidade, mostrar o que está sendo feito na Câmara, mostrar para as pessoas o que precisa ser feito na cidade, no Município de Goianá; disse o Vereador Jorge Lanini que em conversa com o servidor Romário, em um passado não muito distante, foram trocadas algumas ideias que na última gestão algumas coisas foram omitidas, e o Presidente da Câmara da época – disse não querer tocar no mérito – não permitiu que algumas informações fosse passadas para a população; prosseguindo, o Vereador Jorge Lanini disse que todo conteúdo midiático de imprensa que era passado para as pessoas, era mediante o que se deseja e o que se pretendia a Presidência da Câmara e disse que não é este o caso, o conteúdo midiático, jornalístico e de imprensa que se pretende fazer é um conteúdo de transparência, onde todos os Vereadores trabalhando em conjunto e em comunicação com a população, está sendo cedida uma oportunidade às pessoas de saber tudo que se passa dentro da Câmara com transparência e sem vícios, porque há um vício em levar a informação para as pessoas como se pretende que elas enxerguem e não como é a realidade; disse o Vereador Jorge Lanini que a assessoria de imprensa é na sua origem imparcial, ela leva o que é verdade e não o que os Vereadores pretendem seja levado e pediu que as pessoas, que a população vislumbre esse novo amanhecer desta Casa Legislativa que já está sendo conduzido em conjunto, assim como algumas já se pronunciaram nas redes sociais pedindo a assessoria de imprensa; finalizando, disse o Vereador Jorge Lanini comentou sobre o Projeto de Lei que está sendo preparado com os Vereadores, já foi comentado com o Prefeito que manifestou sua aprovação, que vai tratar da suspensão do reajuste dos subsídios dos Agentes Políticos de Goianá (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores), até o dia trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, e a pretensão dos autores é demonstrar que a pretensão e a prioridade é o Município, a população, são as pessoas que estão em casa assistindo, com a esperança de melhorias que estão sendo feitas

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

aos poucos, pois a demanda é muito grande e não tem como atender tudo, afirmou o Vereador Jorge Lanini, e disse que o importante é que cada passo seja dado com cautela e transparência e juntos, a Câmara e Prefeitura Municipal estão dando o máximo de cada um para levar o melhor para a população, disse que a decisão de congelar os subsídios se deu considerando o momento de pandemia, não ser aplicado reajuste. O Vereador Pelinha disse ao Vereador Jorge Lanini que não foi Presidente na legislatura anterior, e a acusação feita é muito grave, mencionando o servidor Romário dizendo que sonegava informações e se tem ciência de alguma informação, pediu que a trouxesse ao conhecimento de todos, fosse colocado em pauta e feita uma denúncia ao Ministério Público. O Vereador Jorge Lanini disse que em conversa com o servidor Romário foi passada informação, disse que os Vereadores que atuam no setor administrativo precisam de informações, saber o que está sendo feito de forma errada e começar a consertar, disse que não foi uma acusação, mas uma conversa e que isso era de praxe, a Presidência sempre dizia quais as informações que seriam ditas, e disse que este não é o caso no acordo feito em comum com os Vereadores, de todas as informações que forem repassadas à população fosse feita sempre com transparência e repetiu não ter sido feita denúncia. O Vereador Pelinha disse ter sido feita uma afirmação e isso precisa ser verificado. O Vereador Jorge disse ser uma afirmação de conversa do setor administrativo em que os Vereadores do setor precisam saber o que está errado para poder ser corrigido e assim é feita a evolução do mundo desde que Charles Darwin escreveu sobre a evolução e a evolução começa a partir de alguns erros. A Presidente informou que o Vereador Luis Claudio apresentou justificativa para o não comparecimento à reunião, sendo aceita pela Presidência. O Vereador Diego Barbosa cumprimentou os presentes e os que assistem a reunião e disse ao Vereador Jorge Lanini sobre a visita feita em vários locais da cidade em que foram identificados vários serviços a serem feitos, e disse que da parte do Executivo não está ocorrendo a transparência necessária pois estão sendo apresentados várias reivindicações e requerimentos e ainda não estão sendo apresentadas as respostas e há muito a ser discutido, disse que os trabalhos da Câmara não podem ficar resumidos às reuniões semanais, é preciso que os Vereadores se encontrem mais, que seja feita mais visitas aos bairros, considerou que a cidade está muito debilitada; o Vereador Diego Barbosa comentando o Projeto de Lei 017 de autoria do Prefeito que pretende autorização de empréstimo para regularização da iluminação pública disse que há muito a ser discutido e levar mais informações ao povo, disse esperar muito da atual composição da Câmara e já passados seis meses, disse que nada ainda foi feito, e finalizou conclamando os Vereadores a discutirem mais os problemas da cidade a se reunirem mais além das reuniões ordinárias de segunda-feira. A Presidente informou da inscrição realizada na Secretaria da Câmara pelo senhor Lucas Tibério para comentar sobre nota fiscal emitida pelo lava jato em que é sócio juntamente com o senhor Arthur. O Vereador Douglas Conceição, solicitando o uso da palavra, após os cumprimentos, disse ao senhor Lucas Tibério, disse que todos os Vereadores presentes têm uma vida pessoal

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

fora da função de Vereador e o que as pessoas falam e comentam nas redes sociais, os Vereadores não têm o controle em respeito à democracia; o Vereador Douglas Conceição pediu ao senhor Lucas Tibério que ao se dirigir aos Vereadores, dentro do recinto da Câmara, que meça suas palavras para se dirigir aos Vereadores, e repetiu, o que é feito na rede social não há controle e de acordo com o que é dito, ocorre de os Vereadores ficarem mal vistos com a forma como são tratados, mas que no recinto da Câmara, meça as palavras ao se dirigir aos Vereadores. O senhor Lucas Tibério cumprimentou os presentes, disse ter deixado claro ao Vereador Jorge Lanini e disse ter relacionamento com todos os Vereadores fora da Câmara e quanto a isso não tem problema disse não ter comparecido para tratar de assunto pessoal, mas de um assunto que não pode fugir e disse ter recebido essa ordem; disse que o que foi tratado na rede social sobre esse assunto foi somente sobre o assunto e não comentou nada de ordem pessoal de qualquer pessoa; o inscrito disse que na rua se fala muita coisa e sobre tudo as pessoas têm muito a dizer; disse, que representando o lava jato disse ter havido comentário que estava tendo uma nota fiscal no valor de quatrocentos e cinquenta reais para o serviço de lavagem de uma máquina da Prefeitura, disse que este é o assunto que o motivou a estar presente, disse que não é verdade da referida nota fiscal com o mencionado valor e pediu que a nota fosse mostrada, e o que foi dito é que este assunto fora dito por um Vereador e depois foi dito que do lava jato é que comentou e foi um disse me disse, afirmou o senhor Lucas Tibério e pediu aos Vereadores, que são os representantes do povo, que procurassem saber sobre o assunto e fosse trazido para esta Casa porque se não for tratado aqui, o que ficar lá fora é o que foi espalhado; disse ter perguntado à pessoa quem disse, fora afirmado que foi um Vereador, e disse que a pessoa falou em tom de brincadeira, mas queria saber sobre a nota do lava jato; disse que fica triste e indignado, como fora afirmado na rede social e afirmou que não retira uma palavra dita, de que falta responsabilidade com a informação, porque o que foi falado não tem fundamento, disse que acredita, nenhum dos Vereadores devem saber como foi feito o processo de licitação, nem quais eram os fatos que estavam no referido processo. O Vereador Douglas Conceição perguntou ao senhor Lucas Tibério se ocupa alguma função na administração da Prefeitura de Goianá. O senhor Lucas Tibério disse ser um cidadão de Goianá por isso, faz parte indiretamente. O Vereador Douglas Conceição fez a leitura do nome empresarial do lava jato mencionado, qual seja, *Arthur Aleixo Damasceno* e perguntou ao senhor Lucas Tibério o que é na referida empresa. O senhor Lucas Tibério disse que trabalha para o Arthur de forma informal. O Vereador Douglas Conceição disse que pela Receita Federal o senhor Lucas Tibério não consta como sócio. O senhor Lucas Tibério confirmou que trabalha de forma informal no lava jato e prosseguindo disse que o assunto virou questão política e o próprio tom da presente reunião se tornou político e pediu desculpas a todos os Vereadores, disse não ter interesse político, mas tem compromisso com a verdade porque prejudica o trabalho e disse que não se importa se tem fundamento quando dizem “o seu pai teve, ou o Pavão tá roubando com o superfaturamento do lava jato”

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

isso é o que está sendo dito, afirmou o senhor Lucas Tibério e disse não ter problema algum, desde que seja demonstrado e fundamentado com documento, a nota fiscal os empenhos e se está errado, deve provar e é para isso que os Veradores estão na Câmara, disse o senhor Lucas Tibério; disse quando o assunto sai de forma desordenada, prejudica muitas pessoas, por este motivo ficou indignado, e por isso pediu para se manifestar na reunião, porque se não comparecesse o assunto iria morrer, mas seria do lado errado, como se de fato estivesse acontecendo o alegado superfaturamento e se estivesse ganhando dinheiro da forma anunciada; o senhor Lucas Tibério pediu se for verdade, que seja provado com fundamento e pediu desculpa afirmando que a grande maioria dos assuntos ainda não tem fundamento. O Vereador Douglas Conceição pediu ao senhor Lucas Tibério para, antes de se retirar, que seja lembrado que foi feito um Requerimento ao Executivo para ter acesso às notas fiscais do lava jato e lamentou da não liberação por parte do Executivo. O senhor Lucas Tibério perguntou ao Vereador Douglas Conceição a data do requerimento. O Vereador Douglas Conceição informou ter sido feito nesta data, dezessete de maio, na parte da manhã. O senhor Lucas Tibério disse que o assunto da lava jato está circulando há aproximadamente uma semana e os Vereadores estavam cientes de estaria presente na reunião para tratar o assunto. O Vereador Douglas Conceição disse ao senhor Lucas Tibério que faz acusação de que um dos Vereadores fez a afirmação sobre o lava jato e pediu que apresentasse o nome do Vereador, pois quando se diz “você Vereadores” quando se refere a todos os Vereadores fica uma dúvida de qual é o Vereador que tenha feito a afirmação sobre o superfaturamento de nota por parte do lava jato e disse ter a consciência tranquila de não ter feito referida afirmação, disse não se interessar em ação deste tipo, afirmou estar fazendo seu papel de Vereador, como fiscalizador, independente de lado político; o Vereador Douglas Conceição pediu ao senhor Lucas Tibério que informe qual foi o Vereador que fez referida acusação, da mesma forma que foi acusado de ter o lava jato superfaturado nota fiscal, está sendo feita acusação pelo inscrito de que um Vereador fez a acusação do lava jato. A Presidente interrompeu o Vereador Douglas Conceição e disse não ser momento oportuno para serem feitas acusações, tampouco serem apresentados nomes, pediu que o Vereador Douglas Conceição e senhor Lucas Tibério continuem a conversa fora do momento da reunião. O Vereador Diego Barbosa disse que deve ser chegado no ponto final neste momento e que o senhor Lucas Tibério apresente o nome do Vereador que fez a acusação por ele dita. A Presidente da Câmara disse que a palavra livre está encerrada e pediu que o assunto fosse concluído fora do momento da reunião para não ser feita exposição de nomes por parte do senhor Lucas Tibério que fará a apresentação do nome do Vereador após a reunião da Câmara. O Vereador Pelinha solicitando o uso da palavra, disse não estar fazendo defesa da administração municipal, mas como o Requerimento das notas do lava jato foi feito nesta data, a Prefeitura não está obrigada a responder nesta data, porque tem prazo legal para apresentação da resposta e sugeriu fosse feito um requerimento verbal para o fim pretendido. O Vereador Douglas Conceição disse ao

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÁ

CNPJ 01.621.772/0001-03

Vereador Pelinha que está tendo problemas na fiscalização da Prefeitura pois está sendo negado pedidos feitos por ofício e disse que o Vereador Pelinha está sim, defendendo a administração municipal, e se a Prefeitura não tem obrigação legal de informar, que é o pedido do senhor Lucas Tibério pede, que seja uma resposta moral da Prefeitura ao pedido feito por esta Câmara, o Vereador Douglas Conceição fez agradecimento à servidora Elaine, da Prefeitura, que se dispôs a preparar o documento em resposta ao pedido, nesta data, mas foi negado, e finalizou dizendo que se não há obrigação legal, deveria ser pelo menos moral de apresentar a resposta ao pedido. O Vereador Pelinha disse ser obrigação legal apresentar a resposta ao pedido feito, mas é preciso observar o trâmite, o prazo, conforme está sendo alegado no fundamento dos requerimentos rejeitados e lembrou que o Requerimento 135 foi negado de entrar na pauta da presente reunião, não foi analisado pela Comissão. A Presidente interrompeu o Vereador Pelinha e declarou encerrada a palavra livre.

ORDEM DO DIA – 1) Parecer concluindo pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária 014/2021 colocado em turno único de discussão e votação foi aprovada por unanimidade pelos Vereadores; **2)** Pareceres concluindo pela aprovação dos Requerimentos 131 a 134 e 136 a 142 colocados em discussão e votação, sendo todos aprovados por unanimidade pelos Vereadores. **3)** Projeto de Lei Ordinária 014/2021 colocado em primeiro turno de discussão e votação, restando aprovado por unanimidade pelos Vereadores; **4)** Projetos de Lei Ordinária 016/2021, 017/2021 e 018/2021 encaminhados às comissões permanentes para emissão dos respectivos pareceres; **5)** Requerimentos 131 a 134 e 136 a 142 colocados separadamente em turno único de discussão e votação, todos aprovados por unanimidade pelos Vereadores; **6)** Requerimentos 143, 144, 145 e 146 encaminhados às Comissões para emissão de pareceres. Nada mais havendo a tratar a Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião. De tudo para constar foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme segue assinada pelo Primeiro Secretário – Vereador Jorge Lanini e pela Presidente da Câmara – Vereadora Aline Flausino.